



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

PROJETO DE LEI Nº002/2019 DE 08 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre o Conselho e Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas do Município de Salinópolis, e dá outras providências,

A Câmara Municipal de Salinópolis, Estado do Pará, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas- COMPOD de Salinópolis, que integrando-se ao esforço nacional de prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

§ 1º- Ao COMPOD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no Município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

§ 2º- O COMPOD como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integra-se ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, de que trata o Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.

§ 3º- Para os fins desta Lei, considera-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

- I - Redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas;
- II - Droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química ou psíquica. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;
- III - Drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD e o Ministério da Justiça – MJ.



CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas do Município de Salinópolis:

- I - Instituir e desenvolver o Programa Municipal de Políticas sobre Drogas – PROMPD, destinado ao desenvolvimento das ações de prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas, compatibilizando-o às diretrizes dos Conselhos de Política sobre Drogas em nível nacional e estadual;
- II - Propor ao Executivo Municipal, ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, ao Conselho Nacional de Políticas sobre de Drogas e outros órgãos e entidades, a celebração de convênios, parcerias, acordos, contratos e quaisquer outros ajustes objetivando o desempenho de suas atribuições;
- III - Estimular programas de prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas;
- IV - Estabelecer propriedades nas atividades do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, através da fixação de critérios técnicos, financeiros e administrativos, a partir das peculiaridades e necessidades do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

- V - Assessorar o Poder Executivo na definição e execução da política de prevenção ao uso, tratamento, reabilitação reinserção social do usuário ao combate do tráfico de drogas;
- VI - Manter a estrutura administrativa de apoio à política de prevenção, repressão e fiscalização de drogas, buscando seu constante aperfeiçoamento e eficiência;
- VII - Estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações com outros órgãos do Sistema Estadual e Nacional de Políticas sobre Drogas, objetivando facilitar os processos de planejamento e execução de uma política nacional e estadual de prevenção e fiscalização de entorpecentes e recuperação dos dependentes;
- VIII - Sugerir à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação a inclusão de itens específicos nos currículos escolares, com finalidade de esclarecer a natureza e os efeitos das drogas;
- IX - Acompanhar o desempenho dos órgãos públicos e municipais que prestem assistência médica, psicológica e terapêutica de maneira geral, buscando esclarecer um trabalho efetivo de prevenção à dependência química e de tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário de drogas e apoio a seus familiares, aberto para troca de experiências e informações às entidades da sociedade civil que ele desejam participar;
- X - Acompanhar e participar, dentro de sua área de competência, do desenvolvimento de ações de fiscalização e repressão executadas pelo Estado e pela União;
- XI - Dar atenção especial às crianças e adolescentes atendidos pelo município no sentido de promover, junto às respectivas Secretarias, programas e projetos que visem a prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas;
- XII - Estimular o desenvolvimento e o fortalecimento dos grupos de mútua ajuda, tais como os Alcoólicos Anônimos e os Narcóticos Anônimos, procurando recolher propostas e sugestões sobre a matéria, para exame do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e/ou adoção de políticas públicas;
- XIII - Colaborar com os órgãos competentes nas atividades de prevenção ao uso, tratamento reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

XIV - Estimular estudos e pesquisas, visando aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos e científicos referente à prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas;

XV - 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada (igrejas, Organizações Não Governamentais, Universidades, Lideranças do Setor Privado, PROERD dentre outras).

§ 1º - Os conselheiros, cujas nomeações serão publicadas em Órgão Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º - O Presidente e o Secretário-Executivo do COMPOD serão escolhidos pelo Plenário, por votação direta e aberta.

Art. 4º - O COMPD fica assim organizado:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Secretaria Executiva; e
- IV - Comitê FUMPOD.

Parágrafo Único – O detalhamento da organização do COMPOD será o objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 5º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Art. 6º- Fica instituído o Fundo Municipal de Políticas sobre Drogas – FUMPOD, fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do Município e em recursos suplementares, será destinado ao atendimento das despesas geradas pelo PROMPD (Programa Municipal de Políticas sobre Drogas).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

Art. 7º - O FUMPOD ficará subordinado diretamente à Secretaria Municipal de Finanças que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário do COMPOD.

Art. 8º - Constituição receitas do FUMPOD:

- I - Dotações orçamentárias próprias do Município;
- II - Repasses, subvenções, contribuições ou quaisquer outras transferências de recursos de pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ou ainda, de entidades nacionais, internacionais, organizações governamentais e não governamentais;
- III - Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da Lei;
- IV - Produtos de convênios firmados com entidades financiadoras;
- V - Doações em espécie feitas diretamente ao FUMPOD;
- VI - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Parágrafo Único – Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta especial em instituição bancária, sob a denominação – Fundo de Política sobre Drogas – FUMPOD.

Art. 9º - Os recursos do FUMPOD serão aplicados em:

- I - Financiamento total ou parcial de programas e procedimentos que visem alcançar as metas propostas na política municipal sobre drogas;
- II - Promoção de estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido de abuso de drogas;
- III - Aquisição de material permanente, de consumo e outros necessários ao desenvolvimento dos programas acima mencionados;
- IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços necessários à execução da Política Municipal sobre Drogas, bem como para sediar o combate ao tráfico de drogas.
- XV - Aprovar, autorizar e fiscalizar atividades e programas propostos por órgãos públicos e pela sociedade civil acerca dos malefícios das drogas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

XVI - Coordenar e integrar ações do governo municipal nos aspectos relacionados às atividades de prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas;

XVII - Definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos para a modernização organizacional e técnico operativa visando o aperfeiçoamento de ações nas atividades de prevenção ao uso, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário e combate ao tráfico de drogas;

XVIII - Propor intercâmbios com organismo institucionais e atuar em parcerias com órgãos e/ou instituições nacionais e estrangeiras nos assuntos referentes às drogas;

XIX - Aprovar a programação financeira, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão e aplicação dos recursos destinados ao atendimento das despesas geradas pelo PROMPD;

XX - Elaborar e alterar seu regime interno, se necessário;

XXI - Integrar-se às instituições nacionais e organismo internacionais pertinentes à Política Nacional sobre Drogas;

XXII - Propor ao Poder Executivo medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta Lei;

XXIII - Exercer atividades correlatas na área de sua atuação;

§ 1º- O COMPOD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito, a Câmara Municipal e a Sociedade quanto ao resultado de suas ações;

§ 2º- Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual sobre Drogas, o COMPOD, por meio de remessa de relatórios frequentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, e o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, permanentes informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

CAPÍTULO IV ✕

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10º - O COMPOD será integrado por 14 (quatorze) membros e seus respectivos suplentes, observada a seguinte representatividade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

- I - 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal, detentores de cargos efetivos, indicados pelo titulares dos seguintes órgãos:
- a) Secretaria de Educação ou congêneres;
 - b) Secretaria de Saúde e congêneres;
 - c) Secretaria de Assistência e Ação Social e congêneres;
 - d) Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e congêneres.
- II - 04 (quatro) representantes de entidades ou de instituições que já atuam na área prevenção, tratamento e reinserção social do usuário;
- III - 01 (um) representante da Polícia Militar;
- IV - 01 (um) representante da Polícia Civil;
- V - 02 (dois) representantes dos seguintes conselhos:
- a) 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
 - b) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Segurança;
- VI - 04 (quatro) representantes de Entidades da Sociedade Civil Organizada e de entidades religiosas que atuem na área prevenção, tratamento e reinserção social do usuário;
- VII - 02 (dois) representantes, como convidados, sendo 01 (um) do Ministério Público Estadual e 01 (um) do Poder Judiciário Estadual.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.11º - Os membros do COMPOD não farão jus nenhuma remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

Art.12º - O Poder Executivo providenciará estrutura física e designará servidores da administração municipal para implantação e funcionamento do Conselho.

Art.13º- O COMPD prestará a cada seis meses aos Poderes Executivo e Legislativo, o resultado de suas ações, bem como remeterá relatórios frequentes à Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

Nacional de Políticas sobre Drogas e ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Goiás.

Art.14º- As decisões do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Salinópolis serão adotadas como orientação para todos os seus órgãos.

Art.15º- O COMPOD poderá solicitar informações de qualquer órgão público municipal.

Art.16º - O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em Regime Interno, a ser elaborado e aprovado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei e homologado pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, após aprovação do Conselho.

§ 1º- Se o Prefeito Municipal considerar o Regimento Interno, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário às diretrizes do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas ou do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo máximo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do COMPOD os motivos do veto;

§ 2º- O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;

§ 3º- Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito Municipal importará em homologação.

Art.17º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salinópolis (PA), 08 de maio de 2019.

Paulo Henrique da Silva Gomes

Paulo Henrique da S. Gomes

Prefeito Municipal

CPF: 892.466.402-00

MERIAN BENOLIEL GOMES

Decreto Nº 001/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Trav. Pr. Ananias Vicente Rodrigues, 118 – Centro
Fones: (091) 3423-5344 / 5353 – CNPJ: 05.149.166/0001-98
68721-000 – Salinópolis / PA